



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTRAB  
AOS PROJETOS DE LEI Nº 3.570/2019 E Nº 1.655/2021**

Dispõe sobre a regulamentação e o exercício das profissões de mergulhador profissional e de supervisor de mergulho.

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Seção I**

**Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a regulamentação e o exercício das profissões de mergulhador profissional e de supervisor de mergulho.

Parágrafo único. Estão excluídos do âmbito desta lei os mergulhadores amadores, turísticos ou de pesca, que não constituem objeto da presente regulamentação.

**Seção II**

**Das Nomenclaturas**

Art. 2º Para os fins desta lei considera-se:

I – mergulho profissional: atividade exercida exclusivamente por mergulhador profissional vinculado a empresa prestadora de serviços de mergulho profissional cadastrada junto à Capitania dos Portos, à Delegacia da Marinha do Brasil ou à Agência da Marinha do Brasil;

II – mergulhador profissional: tripulante ou profissional não tripulante com habilitação certificada pela autoridade marítima com designação de Aquaviário do 4º grupo, nas categorias mergulhador raso ou mergulhador





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE TRABALHO**

profundo, no exercício de atribuições diretamente ligadas às atividades subaquáticas;

III – operação de mergulho: toda atividade que envolva trabalhos submersos com emprego de mergulhadores profissionais e que se estenda desde os procedimentos iniciais de preparação até o fim do período de observação do mergulhador;

IV – mergulho raso: todo mergulho realizado até à profundidade de cinquenta metros, sendo utilizado o ar comprimido como mistura respiratória;

V – mergulho profundo: o mergulho realizado em profundidades superiores a cinquenta metros com a utilização de mistura respiratória artificial, dividindo-se em mergulho de intervenção e mergulho saturado;

VI – mergulho de intervenção: o mergulho que utiliza sino de mergulho, sino fechado, sinete ou sino aberto, com profundidade máxima de noventa metros, no qual o tempo de fundo é limitado a valores que não exijam o emprego de técnicas de saturação; e

VII – mergulho saturado: o mergulho que emprega técnicas de saturação em que o mergulhador é exposto, em profundidade pré-determinada, à pressão por tempo suficiente para que seu organismo atinja o limite de absorção de gás inerte.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO MERGULHO PROFISSIONAL E DA SUPERVISÃO DE MERGULHO PROFISSIONAL**

##### **Seção I**

##### **Do Mergulho Profissional**

Art. 3º A atividade de mergulho se divide em intervenção com mergulhador raso e intervenção com mergulhador profundo, sendo:





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

I – mergulhador raso: pessoa com idade mínima de dezoito anos, portadora de diploma de curso básico de mergulho raso profissional, realizado em escola de mergulho credenciada pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil, que opera à profundidade máxima de cinquenta metros;

II – mergulhador profundo: pessoa portadora de diploma de curso especial de mergulho saturado ou curso básico de mergulho profundo profissional, realizado em escola credenciada pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil, que opera em profundidades maiores que cinquenta metros, empregando mistura respiratória artificial.

§ 1º O mergulhador raso somente poderá executar mergulhos dentro dos limites estabelecidos para o mergulho raso, utilizando exclusivamente ar comprimido como mistura respiratória.

§ 2º Para ascender à categoria de mergulhador profundo, o mergulhador raso deverá:

I – possuir experiência mínima de dois anos, com pelo menos 150 (cento e cinquenta) horas de mergulho, na categoria de mergulhador raso;

II – ser portador de diploma de curso especial de mergulho saturado ou curso básico de mergulho profundo profissional, realizado em escola credenciada pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil;

III – possuir certificado de habilitação técnica.

§ 3º São obrigações do mergulhador:

I – portar seu Certificado de Habilitação Técnica na frente de trabalho;

II – manter o supervisor de mergulho informado sobre possíveis restrições físicas ou fisiológicas que o impossibilitem de mergulhar;

III – cumprir os procedimentos de segurança previstos nas normas legais e regulamentares;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

IV – comunicar ao supervisor de mergulho as anormalidades ocorridas durante as operações de mergulho;

V – apresentar-se para exame médico sempre que determinado pelo empregador;

VI – realizar verificação dos equipamentos individuais a serem utilizados, a fim de constatar possíveis anormalidades; e

VII – zelar pela manutenção dos equipamentos de mergulho.

§ 4º As habilitações adicionais dos mergulhadores requeridas para tipos de trabalho específicos devem ser demonstradas com treinamento e certificação reconhecidos por escola credenciada junto à Marinha do Brasil.

§ 5º Para o exercício das funções de que trata esta lei, o trabalhador deve ser brasileiro nato, brasileiro naturalizado ou estrangeiro residente no Brasil, com visto de trabalho.

**Seção II**

**Da Supervisão e da Superintendência de Mergulho Profissional**

Art. 4º Os cargos de supervisor e superintendente de mergulho são exercidos por membro da equipe de mergulho habilitado para supervisionar as operações de mergulho, podendo ser:

I - supervisor de mergulho raso: aquaviário do 4º grupo com experiência mínima de três anos em mergulho raso, comprovada pelo Certificado de Habilitação Técnica ou pela Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II - supervisor de mergulho profundo: aquaviário do 4º grupo com experiência mínima de três anos em mergulho profundo, comprovada pelo Certificado de Habilitação Técnica ou pela Carteira de Trabalho e Previdência Social;

III - superintendente de mergulho raso: aquaviário do 4º grupo com experiência mínima de cinco anos em mergulho raso, comprovada pelo





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

Certificado de Habilitação Técnica ou pela Carteira de Trabalho e Previdência Social.

IV - superintendente de mergulho profundo: aquaviário do 4º grupo com experiência mínima de cinco anos em mergulho profundo, comprovada pelo Certificado de Habilitação Técnica ou pela Carteira de Trabalho e Previdência Social.

V - superintendente de operações gerais: aquaviário do 4º grupo com experiência mínima de cinco anos em cargos de Superintendente de Mergulho ou funções similares, com conhecimentos comprovados em ROV (Veículo Operado Remotamente), planejamento de operações e em DP (Posicionamento Dinâmico por Satélite), comprovada pelo Certificado de Habilitação Técnica ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º São funções do supervisor e superintendente de mergulho:

I - Supervisor de mergulho: Profissional que gerencia diretamente a equipe de mergulho durante a execução das atividades, assegurando o cumprimento das práticas de segurança e eficiência operacionais. É a base para a progressão ao cargo de Superintendente de Mergulho após cumprir o período exigido.

II - Superintendente de mergulho: responsável pela gestão integral da operação de mergulho, incluindo a coordenação das equipes, a interface com o cliente e a base operacional para garantir o cumprimento das normas e atender às necessidades específicas do mergulho. Necessita de experiência prévia como Supervisor de Mergulho, com domínio das operações relacionadas.

III - Superintendente de operações gerais: responsável pela gestão integral das operações aquaviárias, incluindo a coordenação de mergulho e da embarcação, assegurando a eficiência e segurança das atividades realizadas.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

Parágrafo único. As funções de superintendente de operações gerais e superintendente de mergulho profundo gozam das mesmas prerrogativas e direitos do supervisor de mergulho profundo, inclusive quanto aos adicionais e benefícios previstos nesta lei.

Art. 6º São obrigações do supervisor e superintendente de mergulho:

I – assumir o controle direto da operação para a qual foi indicado;

II – zelar pelo fiel cumprimento do estabelecido nas normas legais e regulamentares durante todas as fases das operações de mergulho;

III – preencher os Certificados de Habilitação Técnica dos Mergulhadores sob a sua responsabilidade;

IV – não efetuar mergulhos durante as operações em que estiver atuando como supervisor;

V – só permitir que pessoas legalmente qualificadas e em condições de trabalho façam parte da equipe de mergulho;

VI – preencher e assinar a Análise Preliminar de Risco fornecida pela empresa;

VII – requisitar a presença do médico hiperbárico qualificado no local da operação de mergulho, nos casos em que seja necessário tratamento médico especializado;

VIII – não permitir o início da operação de mergulho se for constatado o descumprimento dos procedimentos previstos nas normas legais e regulamentares, bem como se as condições de segurança na frente de trabalho não permitirem a condução segura da operação;

IX – comunicar à empresa a ocorrência de qualquer anormalidade durante a condução das operações de mergulho;

X – cumprir o Plano de Operação de Mergulho e o Plano de Contingência fornecidos pela empresa contratante; e





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE TRABALHO**

XI – realizar diálogo pré-operação com sua equipe, antes e após cada mergulho, no tocante aos trabalhos sob sua responsabilidade, abordando os principais aspectos relacionados às operações de mergulho, tais como riscos envolvidos, trabalho a executar e procedimentos de emergência.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO ADICIONAL DE INDENIZAÇÃO POR DESGASTE ORGÂNICO, DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, DO SEGURO DE VIDA E SAÚDE E DO PLANO DE SAÚDE**

##### **Seção I**

##### **Do Adicional de Indenização por Desgaste Orgânico**

Art. 7º É devido aos profissionais de que trata esta lei o adicional de Indenização por Desgaste Orgânico (IDO), calculado pela maior profundidade alcançada.

Parágrafo único. O percentual de contribuição destinado à Indenização por Desgaste Orgânico (IDO) será de 6% (seis por cento) do salário base do trabalhador, devendo ser ajustado conforme atualizações posteriores previstas em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

##### **Seção II**

##### **Do auxílio-alimentação**

Art. 8º O auxílio-alimentação será estabelecido em valor correspondente a 20% (vinte por cento) do salário base vigente, devendo ser ajustado conforme atualizações posteriores previstas em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

##### **Seção III**

##### **Do Seguro de Vida e Saúde**

Art. 9º Institui-se a obrigação de seguro em favor do empregado de que trata esta lei ou de seu dependente legal, visando à indenização nos casos de acidente de trabalho do qual decorra morte ou invalidez permanente, total ou parcial.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE TRABALHO

§ 1º O valor da indenização prevista no *caput* deste artigo não será inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para os casos mais leves e será majorado conforme a gravidade do resultado do sinistro.

§ 2º O empregador arcará com o prêmio do seguro, sem que esse valor caracterize parcela de natureza salarial.

§ 3º No caso de sinistro, o valor da indenização pago pela seguradora será considerado como pago pelo empregador, para fins de dedução em eventuais ações de responsabilidade civil.

### Seção IV

#### Do Plano de Saúde

Art. 10º As empresas contratantes ficam obrigadas a oferecer plano de saúde de abrangência nacional, extensivo aos dependentes diretos do trabalhador.

Parágrafo único. O benefício de que trata o *caput* deve contemplar, no mínimo, a cobertura de internação e consultas ambulatoriais, sendo vedada qualquer restrição de acesso aos serviços para os dependentes legais.

### CAPÍTULO IV

#### DO TRASLADO E DAS ACOMODAÇÕES NO TRABALHO *OFFSHORE* E DE SUA EXECUÇÃO

##### Seção I

##### Do Traslado do Empregado ao Local de Execução do Serviço

Art. 11. Nos casos em que o deslocamento terrestre do trabalhador ultrapasse cinco horas, a empresa deverá providenciar o transporte aéreo para o local de trabalho, correndo as despesas às custas do empregador.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE TRABALHO

Parágrafo único. O tempo de deslocamento será contabilizado como jornada de trabalho a partir da quinta hora.

### Seção II

#### Das Acomodações e do Traslado no Trabalho *Offshore*

Art. 12. As empresas contratantes dos trabalhadores de que trata esta lei solicitarão por escrito:

I – acomodações no setor de hotelaria das plataformas, jaquetas e embarcações;

II – que o embarque e desembarque sejam feitos por helicóptero; e

III – acomodações em locais com conforto e higiene adequadas, quando estiverem a serviço do empregador em terra.

### Seção III

#### Da Execução do Trabalho *Off Shore*

Art. 13. Toda operação de mergulho saturado não poderá exceder a vinte e um dias entre o início da compressão e o término da descompressão.

Art. 14. Ao término de cada operação de mergulho saturado, haverá, pelo menos, dezesseis horas de descanso para o início da próxima operação.

Art. 15. Nos trabalhos offshore, em turno de revezamento, ou em locais de difícil acesso, onde o profissional fique confinado, para cada dia embarcado será concedido um dia e meio de folga, para todos os seguimentos da atividade subaquática, exceto o mergulho profundo e as funções conexas ao mergulho profundo contemplados por esta lei, que terão dois dias de folga para cada dia trabalhado.

## CAPÍTULO V





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

**DA SAÚDE E DA SEGURANÇA DOS PROFISSIONAIS**

Art. 16. Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada eleição direta de um representante com as garantias do art. 543 da Consolidações das Leis do Trabalho e seus parágrafos.

Art. 17. As empresas contratantes dos profissionais de que trata esta lei devem disponibilizar opções de entretenimento nas embarcações e unidades de atividades subaquáticas, inclusive para os mergulhadores confinados em condições hiperbáricas (em saturação).

Art. 18. Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais às empresas, nos intervalos destinados à alimentação e descanso, para desempenho de suas funções.

Art. 19. Sempre que houver conflito de procedimentos ou exigências distintas entre as normas regulamentadoras, ambas serão observadas e, em havendo impossibilidade, observar-se-á a mais conservadora, sem desprezar os procedimentos de segurança exigidos na outra.

Art. 20. É assegurada a participação de representante de entidade de classe representativa dos trabalhadores em comissões ou assemelhados constituídos para investigar acidentes com ou sem vítimas.

Art. 21. É obrigatório, por parte das empresas tomadoras dos serviços, o fornecimento às equipes de trabalho, antes de cada operação, de todas as informações técnicas necessárias ao bom cumprimento, bem como todas as ferramentas a serem utilizadas.

Art. 22. As empresas se obrigam a comunicar por escrito aos empregados de que trata esta lei as punições a eles impostas, com descrição da falta cometida.

Art. 23. Toda vez que o mergulhador adquirir uma doença por descompressão, mesmo sendo eficazmente tratado, deverá ser encaminhado





## CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE TRABALHO

ao médico hiperbárico da empresa para a devida avaliação, conforme regulamento, somente podendo retomar às suas atividades após ser julgado apto ao exercício da função, nos termos das normas pertinentes.

### CAPÍTULO VI

#### DO CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO TÉCNICA E DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Art. 24. Cada profissional abrangido por esta lei terá, obrigatoriamente, uma carteira de identidade profissional da categoria, com chip magnético, onde constem os dados pessoais, a qualificação pessoal e a habilitação, sendo esta carteira denominada Certificado de Habilitação Técnica, válida em todo o território nacional como documento de Identificação Pessoal e Profissional Oficial da Categoria abrangida por esta lei.

Parágrafo Único. Cada mergulhador deverá ter suas horas de mergulho lançadas pela empresa empregadora no Certificado de Habilitação Técnica para fins de cômputo e acervo técnico profissional, onde ficarão armazenados em um acervo digital, com total acesso do profissional, os seus dados e o lançamento das horas de mergulho, a cargo das empresas contratantes, via certificado digital.

### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Será constituída e funcionará pelo período de dois anos, contados da publicação desta lei, comissão mista composta por representantes da Marinha do Brasil, das empresas contratantes e dos profissionais de que trata esta lei, com o objetivo de acompanhar o cumprimento de seus dispositivos.

Art. 26. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 4 de dezembro de 2024.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE TRABALHO**

Deputado **LUCAS RAMOS**  
Presidente

Apresentação: 11/12/2024 14:19:31.037 - CTRAB  
SBT-A 1 CTRAB => PL 3570/2019

**SBT-A n.1**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241712385800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Ramos



\* C D 2 4 1 7 1 2 3 8 5 8 0 0 \*